



POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO CENÁRIO BRASILEIRO

**Fábio BRAZIER¹; Adelir Aparecida Marinho de BARROS²; Wanessa Cristiane Gonçalves
FIALHO³**

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal investigar as políticas públicas de formação continuada de professores e suas reverberações nas práticas docentes no contexto escolar. Buscando responder à questão inicial de nossa pesquisa: “Quais os caminhos da formação continuada de professores no Brasil?”, optou-se por utilizar pressupostos da abordagem qualitativa. Como metodologia, adotamos a pesquisa documental, bibliográfica, realizada na base de dados do Portal de Periódicos da Capes, compreendendo os trabalhos publicados entre os anos de 2010 e 2015. Assumimos a concepção de que a formação continuada de professores é tema atual e pertinente, dada as transformações que a LDBEN/96 vem passando e principalmente, diante do cenário de mudanças que surgem para o currículo de todo o ensino básico brasileiro, decorrentes das Diretrizes Curriculares Nacionais e da Base Nacional Curricular Comum. Sabemos que essas transformações trazem consequências para a educação básica, e também para a formação continuada dos professores que atuam no ensino básico.

Palavras-chave: Ações Governamentais; Formação docente; Trabalho pedagógico; Professores.

1. INTRODUÇÃO

Quais os caminhos da formação continuada de professores no Brasil? Essa tem sido a questão norteadora de nossa pesquisa, e nesse sentido buscamos, a priori, respostas nas legislações pertinentes. A LDBEN/96 é bastante clara com relação à formação continuada e o seu oferecimento, no art. 62, parágrafo único, ao afirmar que ela será oferecida “para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação”. Assim, em relação à aprendizagem do professor, Placco (2006), afirma que no grupo, as pessoas interagem, umas com as outras, havendo confronto de ideias, auxiliando dessa forma, na ressignificação de novos conhecimentos ocorrendo, então, produção de novos sentidos. A partir do que foi dito, a pesquisa em andamento se justificam devido à atual demanda em conhecimentos atualizados para a promoção da aprendizagem dos professores, principalmente, para que estes possam também levar mais aprendizagem para seus alunos, no ensino básico, em transformação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1 IFSULDEMINAS – fabio.brazier@ifsuldeminas.edu.br

2 PREFEITURA PAULÍNIA – adelir.amb@gmail.com @ifsuldeminas.edu.br

3 UEG- Universidade Estadual de Goiás – wanessafialho76@gmail.com



9ª Jornada Científica e Tecnológica do IFSULDEMINAS

6º Simpósio da Pós-Graduação

ISSN 2319-0124

A formação continuada, no Brasil, é um direito dos professores contemplado na Constituição Federal de 1988, conforme estabelecido em seu artigo 206: “O ensino será ministrado nos seguintes princípios: [...] V- Valorização dos profissionais do ensino [...] planos de cargos e carreira [...] piso salarial [...]”. Nessa perspectiva, seu artigo 214, inciso IV, trata especificamente da “[...] formação para o trabalho”. Embora a Constituição Federal de 1988 já traga em seu texto legal a previsão de uma política de formação continuada, é a partir década de 90, marcadas por grandes mobilizações e avanços em busca de uma educação de qualidade, tais como Conferência Mundial de Educação para Todos, promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, que as políticas de formação de fato começam a se efetivar.

Contudo, evidencia-se que os dispositivos legais e respectivamente as tentativas de legalizar o processo de formação continuada dos professores não são esclarecedores quanto aos princípios e procedimentos que a formação deveria assumir. Além disso, a prerrogativa legal da formação continuada não é suficiente para garanti-la, uma vez que existem fatores externos que influenciam no processo, por exemplo, as condições que o professor dispõe para investir na sua formação. Dessa forma, a partir de uma falta de entendimento claro e objetivo que as políticas de formação continuada de professores, ora delegavam essa função ao próprio professor, como principal responsável pelo seu percurso formativo, ora atribuíam essa função às instituições escolares.

A ausência de condições objetivas compromete significativamente a formação continuada, aprofundando as lacunas da formação inicial insuficiente e precária. Os próprios horários destinados a formação continuada do professor na escola, geralmente são marcados como um espaço de rotinas administrativas da escola, lideradas pela própria direção da escola que sobrepõe o trabalho administrativo ao pedagógico somadas ao fato de acontecerem geralmente no final do dia de trabalho e ou em horário entre trocas de turnos, o que acarreta a chegada e a saída de muitos professores durante o período, bem como o fato de desconsiderar que o professor ou já trabalhou o dia todo, ou ainda vai para uma jornada noturna. Dessa maneira, os espaços de estudos e reflexão coletiva, considerados de fundamental importância para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, acabam se transformando numa atividade desprazerosa, em uma sobrecarga de trabalho, em virtude das condições em que se efetiva o trabalho e a formação docente.

Contudo, quando se atribui toda a responsabilidade de um processo de formação continuada ao próprio professor corre-se o risco de se deparar com situações adversas da própria carreira



docente, tais como, a falta de condições objetivas para a realização dessa formação, haja vista a carga horária de trabalho dos docentes da educação básica no Brasil, onde geralmente alternam entre dois e ou três turnos de trabalho. Segundo Ball (2005), esse modelo de formação individual faz parte de um cenário marcado pela performatividade, e consequentemente da valorização cada vez mais um trabalho isolado, fragmentado, que se rende a meritocracia e individualismo.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Objetivando responder à questão inicial de nossa pesquisa: “Quais os caminhos da formação continuada de professores no Brasil?”, optou-se por utilizar pressupostos da abordagem qualitativa. Como metodologia, adotamos a pesquisa documental, bibliográfica. A pesquisa documental embasou-se nos documentos oficiais que regulamentaram os processos de formação continuada de professores no Brasil e a pesquisa bibliográfica foi realizada na base de dados do Portal de Periódicos da Capes. A fim de estabelecer padronização de busca foram utilizados os seguintes descritores: Políticas públicas, formação continuada de professores, desafios da formação de professores. Optou-se como critério de seleção trabalhos apenas os que verssem sobre a formação continuada de professores no ensino básico, publicados entre os anos de 2010 e 2015. Este período de tempo foi delimitado, levando-se em consideração que esta é a fase inicial de uma pesquisa maior a ser desenvolvida. A análise dos dados se desenvolveu a partir da abordagem interpretativa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados encontrados revelaram um grande número de produções que discutem desafios e experiências na formação continuada de professores. Compreendemos assim, que a quantidade de trabalhos expressa à necessidade e urgência em maior contribuição para a formação e prática docente. Considerando que este ainda é um resultado preliminar optamos por discutir a questão a partir dos seguintes trabalhos: André (2010); Cunha (2013); Gatti (2014). Os trabalhos identificados apontam para análises a partir de processos formativos em diferentes áreas do conhecimento, a saber: linguagem, matemática, ensino de ciências entre outros.

Os trabalhos desenvolvidos por André (2010) apresenta os desafios e apontam para as possibilidades no campo da formação de professores, de modo a evidenciar a necessidade de modificação da formação de professores para melhoria do cenário educacional. Por sua vez Cunha (2013), aponta que a formação continuada de tornou em algumas políticas um programa de formação à distância, sendo o professor o responsável pela sua formação.



Gatti (2014) apresenta uma sequência de problematizações e características frente à formação dos professores no Brasil, aponta diferentes fatores que contribuem para um cenário preocupante da formação dos docentes. Em sua discussão, a autora propõe uma reflexão acerca da forma e contexto em que a formação de professores ocorre, a partir de um breve histórico da evolução da licenciatura no Brasil juntamente com dados estatísticos e do campo de estudo. Diante da realidade apresentada por Gatti (2014) ainda há muito que se consolidar a respeito da temática, uma vez que as políticas públicas têm sido marcadas por descontinuidade. Autora salienta ainda, que é preciso pensar na formação de professores como um processo contínuo e complexo, onde perpassa por diferentes situações e contexto em seu desenvolvimento.

5. CONCLUSÕES

A pesquisa desenvolvida permitiu aos pesquisadores identificar que muitos trabalhos versam sobre a temática investigada, ou seja, os desafios e as experiências na formação de professores. Apesar dos trabalhos abordarem diferentes áreas do saber, tratam principalmente da análise da implantação de políticas públicas para a formação dos professores em serviço. Destacando-se de modo expressivo a utilização da modalidade de educação à distância como tendência para o investimento no desenvolvimento profissional docente. Assim, almejamos com a presente pesquisa apontar para discussão das lacunas identificadas por meio da revisão sistemática. Para tanto, considera-se necessária a reflexão sobre os desafios mapeados nos trabalhos como disparadores para uma efetiva contribuição do repensar a formação dos professores, a fim de que favoreça a superação desses desafios para melhoria da sua prática docente no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli. **Formação de professores**: a constituição de um campo de estudos. Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 174-181, set./dez. 2010.
- BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.35, p. 539-564, set/dez. 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei n. 9394/96. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.
- CUNHA, M. I. da. **O tema da formação de professores**: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação. Educação e Pesquisa, n. 3, p. 609-625, jul./set., 2013.
- GATTI, B. A. **Formação de professores no Brasil**: características e problemas. Educ. Soc., Campinas, v.31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2014.
- PLACCO, Vera M. N. de Souza; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de (orgs.). **Aprendizagem do adulto professor**. São Paulo: Loyola, 2006.